

RELATÓRIO CONTÁBIL

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS



JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

2021



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

Desembargador Presidente

TELMA ROBERTA VASCONCELOS

Diretora-Geral

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO

Diretor da Subsecretaria de Orçamento Finanças

JERONIMO JOSÉ DOS SANTOS

Analista Judiciário – Especialidade Contadoria

Contador Responsável

CRC/PE - 13314

BRUNA CARVALHO DE AZEVEDO RAMOS

Analista Judiciário – Especialidade Contadoria

Contadora Responsável Substituta

CRC/PE – 029642/O-1



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Sumário

Apresentação	5
Declaração Anual do Contador	7
Demonstrações Contábeis	8
BALANÇO PATRIMONIAL.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	10
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	11
BALANÇO FINANCEIRO.....	13
DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
Notas Explicativas	15
INFORMAÇÕES GERAIS	15
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	16
(a) Caixa e Equivalentes de Caixa	16
(b) Créditos a Curto Prazo	16
(c) Estoques	16
(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada	16
(e) Ativo Realizável a Longo Prazo	17
(f) Imobilizado	17
(g) Intangível.....	17
(h) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão	17
(i) Passivos Circulantes e Não Circulantes.....	19
(j) Provisões	19
(k) Ativos e Passivos Contingentes.....	19
(l) Apuração do Resultado	20
Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa	21
Nota 02 - Créditos a Curto Prazo	21
Nota 03 - Estoques	22
Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada	22
Nota 05 - Imobilizado.....	23
Bens Móveis	23
Bens Imóveis.....	24
Nota 06 - Intangível.....	25
Nota 07 – Passivo Circulante.....	26
Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores.....	26
Nota 09 – Atos Potenciais Ativos	27
Nota 10 – Atos Potenciais Passivos	27
Nota 11 – Taxas	28
Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	28
Nota 13 – Transferências Intragovernamentais	28
Nota 14 – Reavaliação de Ativos	28
Nota 15 – Ganhos com Incorporação de Ativos	29
Nota 16 – Ganhos com Desincorporação de Passivos	29
Nota 17 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	29
Nota 18 – Pessoal e Encargos	30
Nota 19 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30
Nota 20 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo.....	30
Nota 21 – Incorporação de Passivos	30
Nota 22 – Desincorporação de Ativos.....	31
Nota 23 – Tributárias.....	31
Nota 24 – Receitas Orçamentárias	31
Nota 25 – Despesas Orçamentárias.....	31



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Despesas Correntes	31
Despesas de Capital	32
Nota 26 – Execução dos Restos a Pagar.....	33
Nota 27 – Receitas Orçamentárias	33
Nota 28 – Despesas Orçamentárias.....	33
Nota 29 - Fluxos de Caixa	33
Outras informações relevantes	34



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Apresentação

O Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências.

Nesse sentido, a conformidade contábil do Tribunal Regional Federal da 5ª Região é realizada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4 da Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição o Patrimônio Líquido no exercício. No entanto, de acordo com o MCASP 8ª edição, essa demonstração é apenas obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, contexto em que se enquadra a Justiça Federal da 5ª Região.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

A seguir, são apresentadas a Declaração Anual do Contador, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas consolidadas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no que diz respeito ao agrupamento das seguintes unidades gestoras:

090031 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

090036 – TRF5 ORÇAMENTÁRIA

090052 – TRF5 PRECATÓRIOS/RPV

090057 – TRF5 ESMAFE 5ª REGIÃO



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Declaração Anual do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal Regional Federal da 5ª Região concernentes às seguintes unidades gestoras:

090031 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

090036 – TRF5 ORÇAMENTÁRIA

090052 – TRF5 PRECATÓRIOS/RPV

090057 – TRF5 ESMAFE 5ª REGIÃO

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Jeronimo José dos Santos

Contador Responsável – CRC/PE 13314

Recife-PE, 17/01/2022



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL		R\$ Reais	
ATIVO	Nota	2021	2020
Ativo Circulante		14.159.401,78	10.469.055,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	7.239.000,38	9.417.024,68
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	5.976.864,28	71.656,66
Estoques	03	932.803,10	965.916,54
VPDs Pagas Antecipadamente	04	10.734,02	14.457,17
Ativo Não Circulante		283.926.496,89	279.703.903,24
Imobilizado	05	246.308.643,76	227.710.140,86
Bens Móveis		22.155.434,08	23.977.812,86
Bens Móveis		29.107.248,18	27.259.022,87
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-6.951.814,10	-3.281.210,01
Bens Imóveis		224.153.209,68	203.732.328,00
Bens Imóveis		224.153.209,68	209.875.779,66
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		0,00	-6.143.451,66
Intangível	06	37.617.853,13	51.993.762,38
Softwares		37.617.853,13	51.993.762,38
Softwares		37.702.778,51	51.993.762,38
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-84.925,38	0,00
TOTAL DO ATIVO		298.085.898,67	290.172.958,29
PASSIVO	Nota	2021	2020
Passivo Circulante	07	204.854.144,33	234.574.804,29
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		179.173.719,23	212.738.859,75
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		25.680.425,10	21.835.944,54
Passivo Não Circulante			
Total do Passivo		204.854.144,33	234.574.804,29
Patrimônio Líquido		93.231.754,34	55.598.154,00
Resultados Acumulados		93.231.754,34	55.598.154,00
Resultado do Exercício		50.301.668,36	-152.827.340,48
Resultados de Exercícios Anteriores		55.598.154,00	208.381.746,07
Ajustes de Exercícios Anteriores	08	-12.668.068,02	43.748,41
Total do Patrimônio Líquido		93.231.754,34	55.598.154,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		298.085.898,67	290.172.958,29

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		7.239.000,38	9.417.024,68
Ativo Permanente		290.846.898,29	280.755.933,61
TOTAL DO ATIVO		298.085.898,67	290.172.958,29
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		174.356.050,31	233.216.399,29
Passivo Permanente		30.498.094,02	1.358.405,00
TOTAL DO PASSIVO		204.854.144,33	234.574.804,29
Saldo Patrimonial (III) = (I-II)		93.231.754,34	55.598.154,00

Fonte: SIAFI

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
Atos Potenciais Ativos			
Execução dos Atos Potenciais Ativos	9	2.296.487,64	4.862.263,80
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		2.296.487,64	4.862.263,80
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.			
Direitos Contratuais a Executar			
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		-	-
Atos Potenciais Passivos			
Execução dos Atos Potenciais Passivos	10	24.289.959,91	7.504.008,20
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		24.289.959,91	7.504.008,20
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar			
Obrigações Contratuais a Executar		24.289.959,91	7.504.008,20
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		24.289.959,91	7.504.008,20

Fonte: SIAFI

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Reais

	2021	2020
Recursos Ordinários	-168.886.053,83	-126.943.429,46
Recursos Vinculados	1.769.003,90	-96.855.945,15
Seguridade Social	420.131,04	-28.173.314,59
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.348.872,86	-68.682.630,56
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	-167.117.049,93	-223.799.374,61

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		R\$ Reais	
	Nota	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		15.041.240.252,59	11.775.124.590,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		583.122,75	597.313,15
Taxas	11	583.122,75	597.313,15
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		92.511,82	61.917,09
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12	92.511,82	61.917,09
Transferências e Delegações Recebidas		14.613.059.482,03	11.209.908.070,23
Transferências Intragovernamentais	13	14.613.059.482,03	11.209.908.070,23
Transferências Intergovernamentais			
Outras Transferências e Delegações Recebidas			2.200.000,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		99.600.492,21	22.993.315,26
Reavaliação de Ativos	14	16.987.384,52	18.671.479,33
Ganhos com Incorporação de Ativos	15	3.830.402,13	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	16	78.782.705,56	4.321.835,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		327.904.643,78	541.563.974,95
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17	327.904.643,78	541.563.974,95
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		14.990.938.584,23	11.927.951.931,16
Pessoal e Encargos	18	187.671.186,91	183.211.149,66
Remuneração a Pessoal		146.153.002,86	142.948.444,21
Encargos Patronais		27.415.805,91	28.745.836,90
Benefícios a Pessoal		7.798.835,96	7.754.190,33
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		6.303.542,18	3.762.678,22
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19	47.953.077,37	48.097.645,22
Aposentadorias e Reformas		40.906.884,62	41.292.704,02
Pensões		5.986.813,90	5.249.104,28
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.059.378,85	1.555.836,92
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20	69.064.984,96	206.479.949,01
Uso de Material de Consumo		1.021.239,24	1.059.105,94
Serviços		64.287.919,04	202.095.981,46
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.755.826,68	3.324.861,61
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		5,32	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		5,32	
Transferências e Delegações Concedidas		8.350.630.881,57	6.825.473.163,07
Transferências Intragovernamentais		8.350.496.498,65	6.825.457.953,07
Outras Transferências e Delegações Concedidas		134.382,92	15.210,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		6.335.370.208,95	4.664.464.632,13
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas			
Desincorporação de Ativos	22	5.272.753,33	12.780.741,99
Incorporação de Passivos	21	6.330.097.455,62	4.651.683.890,14
Tributárias	23	248.239,15	225.392,07
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		237.536,25	219.093,49
Contribuições		10.702,90	6.298,58
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas			
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)		50.301.668,36	-152.827.340,48

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes (I)	24	-	-	-	-
Receitas de Capital (II)		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) =		-	-	-	-
Operações de		-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento		-	-	-	-
Déficit (VII)				6.631.768.413,35	6.631.768.413,35
TOTAL (VIII) = (VI+VII)		-	-	6.631.768.413,35	6.631.768.413,35
DETALHAMENTO DOS AJUSTES		-	29.814.610,00	-	(29.814.610,00)
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	29.814.610,00		

Fonte: SIAFI

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas Correntes (IX)	25	265.658.847,00	292.947.797,00	6.588.736.455,77	6.410.812.362,38	6.410.714.067,21	(6.295.788.658,77)
Pessoal e Encargos Sociais		217.450.000,00	232.170.339,00	2.552.342.381,38	2.500.443.924,47	2.500.351.614,62	-2.320.172.042,38
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		48.208.847,00	60.777.458,00	4.036.394.074,39	3.910.368.437,91	3.910.362.452,59	-3.975.616.616,39
Despesas de Capital (X)	25	13.227.000,00	15.752.660,00	43.031.957,58	34.747.392,55	34.745.936,72	(27.279.297,58)
Investimentos		13.227.000,00	15.752.660,00	13.343.206,72	5.282.749,40	5.281.293,57	2.409.453,28
Inversões Financeiras				29.688.750,86	29.464.643,15	29.464.643,15	(29.688.750,86)
Amortização da Dívida				-	-	-	-
Reserva de Contingência (XI)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS (XII) = (IX+X+XI)		278.885.847,00	308.700.457,00	6.631.768.413,35	6.445.559.754,93	6.445.460.003,93	- 6.323.067.956,35
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV) = (XII+XIII)		278.885.847,00	308.700.457,00	6.631.768.413,35	6.445.559.754,93	6.445.460.003,93	- 6.323.067.956,35
Superávit (XV)							
TOTAL (XVI) = (XIV+XV)		278.885.847,00	308.700.457,00	6.631.768.413,35	6.445.559.754,93	6.445.460.003,93	- 6.323.067.956,35

Fonte: SIAFI

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ Reais

	Nota	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes		13.055.210,98	223.723.167,97	147.899.035,79	147.899.035,79	86.698.088,86	2.181.254,30
Pessoal e Encargos Sociais		13.022.330,25	46.857.179,40	25.587.305,58	25.587.305,58	33.819.678,05	472.526,02
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		32.880,73	176.865.988,57	122.311.730,21	122.311.730,21	52.878.410,81	1.708.728,28
Despesas de Capital		304.662,63	2.214.192,63	571.484,64	571.484,64	1.947.370,62	-
Investimentos			1.128.803,93	571.484,64	571.484,64	557.319,29	-
Inversões Financeiras		304.662,63	1.085.388,70			1.390.051,33	-
Amortização da Dívida							-
TOTAL	26	13.359.873,61	225.937.360,60	148.470.520,43	148.470.520,43	88.645.459,48	2.181.254,30

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUID.

R\$ Reais

Nota	Inscritos		Pagos ©	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	13.245,53	9.236,46	22.481,99	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais					0,00
Juros e Encargos da Dívida					0,00
Outras Despesas Correntes	13.245,53	9.236,46	22.481,99		
Despesas de Capital					0,00
Investimentos					0,00
Inversões Financeiras					0,00
Amortização da Dívida					0,00
TOTAL	13.245,53	9.236,46	22.481,99	0,00	0,00

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO

R\$ Reais

INGRESSOS	Nota	2021	2020
Receitas Orçamentárias (I)			
Ordinárias			
Vinculadas		-	-
Previdência Social (RPPS)		-	-
Recursos a Classificar		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária			
Transferências Financeiras Recebidas (II)		14.613.059.482,03	11.207.708.070,23
Resultantes da Execução Orçamentária		14.316.750.499,52	11.082.075.008,95
Sub-repasse Recebido		14.316.421.624,44	11.082.075.008,95
Sub-repasse Devolvido		328.875,08	
Independentes da Execução Orçamentária		296.308.982,51	125.633.061,28
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		296.121.772,41	125.487.395,66
Demais Transferências Recebidas		161.684,82	120.154,66
Movimentação de Saldos Patrimoniais		25.525,28	25.510,96
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)		658.967.539,32	825.465.912,11
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		99.751,00	3.917,98
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		186.208.658,42	225.937.360,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		144.078.856,87	57.320.531,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários		328.580.273,03	542.204.102,46
Arrecadação de Outra Unidade		328.580.273,03	542.204.102,46
Saldo do Exercício Anterior (IV)		9.417.024,68	18.836.582,59
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.417.024,68	18.836.582,59
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		15.281.444.046,03	12.052.010.564,93
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias (VI)	28	6.631.768.413,35	5.093.013.632,53
Ordinárias		4.391.269.237,23	974.748.799,12
Vinculadas		2.240.499.176,12	4.118.264.833,41
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.540.346.042,72	963.544.898,35
Previdência Social (RPPS)		43.188.300,59	40.296.161,94
Previdência Social (RGPS)		628.227.690,98	
Dívida Pública			3.109.683.471,30
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		28.737.141,83	4.740.301,82
Recursos a Classificar			
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		8.350.496.498,65	6.825.457.953,07
Resultantes da Execução Orçamentária		7.872.826.409,78	6.219.048.536,12
Repasse Concedido		2.962.286,13	
Sub-repasse Concedido		7.869.863.382,86	6.219.027.865,34
Sub-repasse Devolvido		740,79	20.670,78
Independentes da Execução Orçamentária		477.670.088,87	606.409.416,95
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		148.921.599,79	64.040.546,14
Demais Transferências Concedidas		158.184,21	118.110,31
Movimento de Saldos Patrimoniais		328.590.304,87	542.250.760,50
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		291.940.133,65	124.121.954,65
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		22.481,99	1.513.732,59
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		148.470.520,43	63.143.381,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		143.447.131,23	59.464.840,78
Outros Pagamentos Extraorçamentários			
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		7.239.000,38	9.417.024,68
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.239.000,38	9.417.024,68
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		15.281.444.046,03	12.052.010.564,93

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		33.139.397,06	66.667.630,64
Ingressos		15.085.718.611,93	11.807.232.703,76
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		15.085.718.611,93	11.807.232.703,76
Ingressos Extraorçamentários		144.078.856,87	57.320.531,07
Transferências Financeiras Recebidas		14.613.059.482,03	11.207.708.070,23
Arrecadação de Outra Unidade		328.580.273,03	542.204.102,46
Desembolsos		-15.052.579.214,87	-11.740.565.073,12
Pessoal e Demais Despesas		-6.372.571.155,81	-4.698.312.208,74
Judiciário		-231.627.276,53	-209.580.684,59
Previdência Social		-46.085.988,51	-46.510.240,01
Encargos Especiais		-6.094.857.890,77	-4.442.221.284,14
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-186.064.429,18	-157.330.070,53
Intragovernamentais		-186.064.429,18	-157.330.070,53
Outros Desembolsos Operacionais		-8.493.943.629,88	-6.884.922.793,85
Dispêndios Extraorçamentários		-143.447.131,23	-59.464.840,78
Transferências Financeiras Concedidas		-8.350.496.498,65	-6.825.457.953,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-35.317.421,36	-76.087.188,55
Ingressos			
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		-35.317.421,36	-76.087.188,55
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.676.132,44	-3.664.206,54
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-31.641.288,92	-72.422.982,01
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)			
Ingressos			
Operações de Crédito		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
Desembolsos			
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)		-2.178.024,30	-9.419.557,91
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		9.417.024,68	18.836.582,59
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	29	7.239.000,38	9.417.024,68

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES GERAIS

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2021

Unidades Gestoras:

090031 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região

090036 – TRF5 ORÇAMENTÁRIA

090052 – TRF5 PRECATÓRIOS/RPV

090057 – TRF5 ESMAFE 5ª REGIÃO

Base para Elaboração das Notas Explicativas:

Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 8ª Edição – Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), item 8.

Natureza jurídica da entidade:

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) é um órgão da Justiça Federal, que compõe o Poder Judiciário Federal brasileiro, inscrito no CNPJ sob o número 24.130.072/0001-11.

Domicílio da entidade:

O Tribunal tem a sua sede administrativa no Cais do Apolo, s/n – Edifício Ministro Djaci Falcão – Bairro do Recife – Recife – PE. CEP: 50030-908. Site: www.trf5.jus.br

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A sua competência encontra-se definida no Art. 108 da Constituição Federal.

A principal atividade é o julgamento de processos de sua competência.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis representam o modelo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as quais foram extraídas do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – SIAFI, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto as Restrições que constam da Declaração do Contador.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Inicialmente frise-se que as demonstrações estão apresentadas com valores em unidades de real (R\$)

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do TRF5, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Representa o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento, além das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a conta única.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(b) Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos concedidos e créditos tributários.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, quando cabível, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Compreende o valor dos materiais em almoxarifado destinados ao consumo interno da unidade.

O método para mensuração dos bens de almoxarifado é o preço médio ponderado das compras, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, tais como:

I - Créditos a receber de pessoal, de multas administrativas ou créditos tributários;

II - VPD pagas antecipadamente.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

A amortização de bens intangíveis de vida útil definida foi calculada e registrada mensalmente pela unidade de patrimônio, observando o período de vigência dos contratos e licença de uso dos softwares.

(h) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o MCASP e as NBC TSP.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunções 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut., e Funda, e 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponíveis no sítio do Tesouro Nacional e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, de 10 de dezembro de 2014, que foi publicada inicialmente no Diário Oficial da União com o número 703, em 19 de dezembro de 2014, mas foi retificada a sua numeração posteriormente para o número 3, esta última aplicável aos bens imóveis.

Reavaliação de bens imóveis

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN/SPU 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, quando seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros. Os valores seriam também atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente. A avaliação automática no SPIUnet não tem sido observada, visto que somente deve ocorrer com a implantação no novo sistema SPUnet - Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais.

Redução ao valor recuperável

Segundo esse critério, a entidade avalia se há ativo que possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deve-se estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas no Manual Siafi, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TSP 08 – Ativo Intangível e NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, ambas de 22 de setembro de 2017.

Depreciação e Amortização

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado ou do intangível com vida útil definida, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com dados gerados pela Secretaria de Patrimônio da União.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

A amortização refere-se aos encargos decorrentes de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, em geral, alugados. É calculada de acordo com a data da conclusão da benfeitoria e o prazo de vigência do contrato de locação, pela própria unidade gestora dos imóveis.

(i) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

(j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor pode ser estimado com suficiente segurança.

(k) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme preconizam os itens 35 e 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

(I) Apuração do Resultado

Na contabilidade dos entes governamentais são apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Deficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31/12/2021, o subitem mais representativo desse subgrupo foi “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS”, representando 98,58% do total do subgrupo.

R\$ Reais

Caixa e Equivalente de Caixa - Composição		
Conta Contábil	2021	2020
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	10.797,40	10.797,40
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	7.135.893,13	9.404.141,11
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	92.309,85	2.086,17
Total	7.239.000,38	9.417.024,68

Fonte: SIAFI

Nota 02 - Créditos a Curto Prazo

O saldo deste subgrupo, no exercício de 2021, refere-se a adiantamentos concedidos a pessoal (13º salário, adiantamento de férias e salários e ordenados – pagamento antecipado).

R\$ Reais

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição		
Conta Contábil	2021	2020
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	1.893.254,53	17.881,96
ADIANTAMENTO DE FERIAS	0,00	11.194,88
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	527.041,38	42.579,82
ADIANTAMENTO AUXILIO-ALIMENTACAO	594.282,24	
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	2.962.286,13	
Total	5.976.864,28	71.656,66

Fonte: SIAFI

31,68% desse subgrupo é representado pelo Adiantamento do 13º salário, que consiste no pagamento da 1ª parcela do exercício de 2022.

Verifica-se, ainda, registro de adiantamentos efetuados por meio de termos de execução descentralizadas a outras entidades do SIAFI, representando 49,56% do subgrupo, conforme a seguir:

TRF5 e Universidade Federal de Campina Grande	1.544.226,13
TRF5 e Universidade Federal de Pernambuco	813.000,00
TRF5 e Universidade Federal do Rio Grande do Norte	206.060,00
TRF5 e Universidade Federal do Rio Grande do Norte	202.600,00
TRF5 e Universidade Federal do Rio Grande do Norte	196.400,00
TOTAL	2.962.286,13

Os valores repassados às entidades serão comprovados e baixados em 2022.

O adiantamento do auxílio-alimentação refere-se à parcela adiantada em dezembro de 2021, que será usufruída em janeiro de 2022. Sendo assim, o mesmo será baixado no início do exercício de 2022.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Nota 03 - Estoques

Este subgrupo apresenta, em 31/12/2021, em síntese, a composição a seguir por subitem:

R\$ Reais

Estoques - Composição				
	2021	2020	AH	AV
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	407,16	407,16	0,0%	0,04%
Material de Expediente	261.279,76	267.424,87	-2,3%	28,01%
Material de Processamento de Dados	409.854,55	406.646,85	0,8%	43,94%
Material de Acondicionamento e Embalagem	12.476,51	16.407,47	-24,0%	1,34%
Materiais de Cama, Mesa e Banho	1.656,29	1.772,61	-6,6%	0,18%
Material de Copa e Cozinha	6.590,00	6.642,78	-0,8%	0,71%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	35.493,40	35.530,97	-0,1%	3,81%
Material P/ Manut de Bens Imóveis/Instalações	97.802,37	106.386,20	-8,1%	10,48%
Material P/ Manutenção de Bens Móveis	1.477,72	1.477,72	0,0%	0,16%
Material Elétrico e Eletrônico	85.579,95	102.736,88	-16,7%	9,17%
Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	356,00	356,00	0,0%	0,04%
Material para Comunicações	5.897,84	5.984,64	-1,5%	0,63%
Material p/ Manutenção de Veículos	1.113,96	1.113,96	0,0%	0,12%
Material para Utilização em Gráficas	7.201,40	7.201,40	0,0%	0,77%
Ferramentas	753,00	919,70	-18,1%	0,08%
Outros Materiais de Consumo	4.863,19	4.907,33	-0,9%	0,52%
Total	932.803,10	965.916,54	-3,4%	1,00

Fonte: SIAFI

Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

No exercício de 2021, a parcela mais significativa deste subgrupo refere-se a assinaturas e anuidades a apropriar, conforme tabela abaixo.

R\$ Reais

Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada - Composição		
Conta Contábil	2021	2020
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	10.585,34	14.457,17
VPD FINANCEIRAS A APROPRIAR	148,68	
Total	10.734,02	14.457,17

Fonte: SIAFI

A conta referente às assinaturas e anuidades a apropriar está detalhada da seguinte forma:



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

R\$ Reais

Contrada	Objeto	Valor em 2021
NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA	Assinatura anual de acesso ao sistema de banco de preços	5.075,00
ANTARES COMUNICACAO E REPRESENTACOES LTDA	Assinatura do jornal Folha de Pernambuco	99,87
GS BRANDING E SERVICOS LTDA.	Assinatura de banco de imagens	2.957,26
AGENCIA DE COMUNICACAO DO CAPIBARIBE S.A.	Assinatura digital do jornal Diário de Pernambuco	1.020,70
VICTOR ALBINO SALES DE AGUIAR 02240878193	Assinatura de software	412,51
ANDREI PUBLICACOES MEDICAS FARMACEUTICAS TECNICAS L	Assinatura da revista BRASINDICE	1.020,00
Total		10.585,34

Fonte: SIAFI

Nota 05 - Imobilizado

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil do imobilizado representou 82,63% do valor do total do ativo, apresentando a seguinte composição:

R\$ Reais

Imobilizado - Composição				
	2021	2020	AH	AV
Bens Móveis (V= I+II)	22.155.434,08	23.977.812,86	-7,6%	8,99%
Valor Bruto Contábil (I)	29.107.248,18	27.259.022,87	6,8%	11,82%
Depreciação Acumulada (II)	(6.951.814,10)	(3.281.210,01)	111,9%	-2,82%
Bens Imóveis (VI=III+IV)	224.153.209,68	203.732.328,00	10,0%	91,01%
Valor Bruto Contábil (III)	224.153.209,68	209.875.779,66	6,8%	91,01%
Depreciação Acumulada (IV)	0,00	(6.143.451,66)	-100,0%	0,00%
Total Líquido Contábil (VII = V + VI)	246.308.643,76	227.710.140,86	8%	100%

Fonte: SIAFI

Bens Móveis

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens móveis apresenta o detalhamento abaixo:



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

R\$ Reais

Bens Móveis- Composição				
	2021	2020	AH	AV
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	5.976,73	6.013,65	-0,61%	0,03%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	114.147,55	131.498,76	-13,19%	0,52%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	322.644,73	303.572,56	6,28%	1,46%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	80.154,24	96.052,00	-16,55%	0,36%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	107.709,04	125.178,53	-13,96%	0,49%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	122.901,81	137.623,25	-10,70%	0,55%
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	48.377,70	44.610,54	8,44%	0,22%
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	679,15	712,87	-4,73%	0,00%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	50.406,40	41.934,84	20,20%	0,23%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	115.156,86	142.535,16	-19,21%	0,52%
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	15.938.341,41	15.842.050,68	0,61%	71,94%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	277.461,95	258.441,36	7,36%	1,25%
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	48.663,16	49.806,37	-2,30%	0,22%
MOBILIARIO EM GERAL	2.527.033,03	3.302.858,05	-23,49%	11,41%
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10.085,13	13.238,11	-23,82%	0,05%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	988.072,94	1.096.629,34	-9,90%	4,46%
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	32.028,10	32.028,10	0,00%	0,14%
VEICULOS EM GERAL	23.106,18	26.542,02	-12,94%	0,10%
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	1.322.089,82	2.302.753,26	-42,59%	5,97%
ARMAMENTOS	20.398,15	20.398,15	0,00%	0,09%
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	0,00	3.335,26	-100,00%	0,00%
Total Líquido Contábil	22.155.434,08	23.977.812,86	-7,60%	100%

Fonte: Siafi

Bens Imóveis

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens imóveis apresenta o detalhamento abaixo:

R\$ Reais

Bens Imóveis - Composição				
	2021	2020	AH	AV
Bens de Uso Especial	189.371.271,29	172.383.886,77	9,85%	84,48%
Bens Imóveis em Andamento	-	62.325,00	-100,00%	0,00%
Instalações	-	2.647.629,50	-100,00%	0,00%
Demais Bens Imóveis	34.781.938,39	34.781.938,39	0,00%	15,52%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-	6.143.451,66	-100,00%	0,00%
Total Líquido Contábil	224.153.209,68	203.732.328,00	10,02%	100,00%

Fonte: Siafi

Os bens de uso especial compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.

Imóveis de Uso Especial da União são os imóveis de propriedade da União, os imóveis de terceiros que a União utiliza, os imóveis de propriedade das Fundações e Autarquias e os imóveis das Empresas Estatais dependentes, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, de acordo com a Portaria Interministerial Nº 322 de 23 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial no dia 27 de agosto, Ministério da Fazenda, Seção 1.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como “Bens de Uso Especial”. Compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU, a gestão dos bens imóveis da União, bem como a administração e manutenção do SPIUnet.

Os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet” representaram 84,48% do valor líquido contábil dos bens imóveis em 31/12/2021. Sua composição é apresentada no quadro abaixo.

R\$ Reais

Bens de Uso Especial	2021
Edifícios	183.284.799,57
Estacionamentos e Garagens	6.086.471,72

Fonte: Siafi

O saldo em 31/12/2021 dos Bens Imóveis a Classificar/a Registrar, que compõem o item “Demais Bens Imóveis” compreende os bens imóveis (Edifícios) que estão pendentes de legalização para serem registrados na Secretaria de Patrimônio da União – SPU, conseqüentemente não estão cadastrados no SPIUnet.

O TRF5 adota como forma de mensuração após o reconhecimento dos bens imóveis o Modelo de Reavaliação. Dessa forma, anualmente, a unidade técnica responsável realiza a reavaliação desses bens.

No final do exercício de 2021, foi constatado a existência de saldos em contas contábeis cujos valores já haviam sido considerados na reavaliação anual realizada. Assim, foram realizadas as seguintes baixas:

BAIXAS REALIZADAS	
Conta Contábil	Valor
Instalações	4.060.559,96
Estudos e Projetos	87.125,00
Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	6.192.545,76

Nota 06 - Intangível

O ativo intangível, em 31/12/2021, era composto integralmente de softwares, segregados em de vida útil definida e de vida útil indefinida, conforme quadro abaixo.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

R\$ Reais

Bens Intangíveis - Composição				
	2021	2020	AH	AV
Software com Vida Útil Indefinida (I)	37.200.779,73	9.761.339,87	281,10%	98,89%
Software com Vida Útil Definida(II = III - IV)	417.073,40	42.232.422,51	-98,81%	1,11%
Valor Bruto Contábil (III)	501.998,78	42.232.422,51	-98,81%	1,33%
Amortização Acumulada (IV)	- 84.925,38			-0,23%
Total	37.617.853,13	51.993.762,38	-27,65%	100,00%

Fonte: Siafi

Os softwares de vida útil indefinida são os que representam a maioria do subgrupo, 98,99%. Cabe destacar que no exercício de 2021, o TRF5 realizou o levantamento dos bens intangíveis, dessa forma foram realizados diversos ajustes contábeis nas contas de forma a refletir a realidade patrimonial, assim como a individualização dos mesmos. Adicionalmente, foi implementada a amortização dos softwares de vida útil definida.

Nota 07 – Passivo Circulante

O passivo circulante, em 31/12/2021, apresenta a seguinte composição:

R\$ Reais

Passivo Circulante - Composição		
	2021	AV
Precatórios a Pagar	202.758.330,70	98,98%
Pessoal a Pagar	1.137.065,77	0,56%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	23.215,97	0,01%
Consignações		0,00%
Depósitos Judiciais	905.936,20	0,44%
Depósitos Não Judiciais	29.595,69	0,01%
Total	204.854.144,33	100,00%

Fonte: Siafi

Verifica-se que a parcela relevante se refere a precatórios a pagar, representando 98,98% do subgrupo. Esse passivo não representa, no entanto, obrigações do Tribunal, mas sim dos diversos órgãos e entidades federais devedores de precatórios e RPVs que tiveram a sua obrigação a pagar transferida para o Tribunal.

Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo resultado do exercício” e pelos resultados de exercícios anteriores. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Na tabela abaixo segue o detalhamento das transações que ocasionaram a movimentação na conta.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

R\$ Reais

MOVIMENTAÇÕES - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Ocorrência	Valor
Apropriação de despesas de exercícios anteriores	-2.526.663,08
Ajustes nas contas de intangíveis	-16.467.629,64
Baixa de conta de bens imóveis devido à realização da reavaliação anual	6.143.451,66
Outros ajustes	182.773,04
TOTAL	-12.668.068,02

Fonte: Siafi

Nota 09 – Atos Potenciais Ativos

O principal item que compõe os atos potenciais ativos representa as garantias recebidas, entre elas aquelas referentes a contratos administrativos firmados com terceiros, nos termos do art. 56, da Lei 8.666/1993.

O principal item do subgrupo atos potenciais ativos são as garantias recebidas no país, em 31/12/2021, apresentou o valor de R\$ 4.861.466,40, representando 99,98% desse subgrupo.

Segue a composição, em 31/12/2021, das garantias e contragarantias recebidas:

R\$ Reais

Atos Potenciais Ativos - Composição		
	2021	AV
Seguros-Garantia Recebidos	2.152.072,21	93,71%
Fianças Recebidas	143.618,03	6,25%
Cauções Recebidas	797,40	0,03%
Total	2.296.487,64	100%

Fonte: Siafi

Nota 10 – Atos Potenciais Passivos

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros. Estão compostas da seguinte forma:

R\$ Reais

Atos Potenciais Passivos - Composição		
	2021	AV
Contratos de Serviços	21.531.796,48	88,64%
Contratos de Seguros	2.752.209,34	11,33%
Contratos de Fornecimento de Bens	4.360,80	0,02%
Contratos de Aluguéis	1.593,29	0,01%
Total	24.289.959,91	100%

Fonte: Siafi



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Nota 11 – Taxas

Nesse subgrupo, está a arrecadação de receitas a título de custas judiciais, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional, um total de R\$ 583.122,75.

Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

O Saldo em 31/12/2021, no valor de R\$ 92.511,82 refere-se as receitas de contratos de cessão de uso de espaços físicos de imóveis firmados com entidades particulares para prestação de serviços, tais como bancos e restaurantes, além de receitas de processamento de dados do direto de operacionalizar a folha de pagamento e consignações, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

Nota 13 – Transferências Intragovernamentais

A composição desse subgrupo, em 31/12/2021, era:

Reais R\$

Transferências Intragovernamentais- Composição		
	2021	AV
Sub-repasse Recebido	14.316.421.624,44	97,97%
Sub-repasse Devolvido	328.875,08	0,00%
Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar	296.121.772,41	2,03%
Demais Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária	161.684,82	0,00%
Movimentação de saldos patrimoniais	25.525,28	0,00%
TOTAL	14.613.059.482,03	100%

Fonte: Siafi

Nesse subgrupo, o item mais representativo (97,97%) são os sub-repasses recebidos da Setorial Financeira para o pagamento das despesas orçamentárias.

Nota 14 – Reavaliação de Ativos

Em razão de diversos fatores, como a ampliação ou redução da capacidade produtiva de um bem móvel ou imóvel, o valor contábil de determinados ativos pode não corresponder ao seu valor justo, influenciando na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços pela entidade. Dessa forma, de tempos em tempos, há a necessidade de esses ativos passarem por um processo avaliativo, com vistas a adequar o seu valor contábil.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Esta nota trata somente das reavaliações positivas, que originaram VPAs. As variações negativas, quando existirem, são tratadas na Nota “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas”.

As reavaliações reconhecidas no exercício de 2021 foi dos seguintes bens imóveis:

Reais R\$

	2021	AV
Edifício Anexo I	3.524.300,74	20,75%
Edifício Sede Ministro Djaci Falcão	13.463.083,78	79,25%
TOTAL DE REAVALIAÇÃO	16.987.384,52	100%

Fonte: Siafi

Nota 15 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Refere-se transferência de recursos financeiros no que diz respeito aos Termos Execução Descentralizados no valor total de R\$ 3.830.402,13.

Nota 16 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

No valor total de R\$ 78.782.705,56 refere-se aos seguintes lançamentos:

- Baixa de saldo de obrigação relativa a exercícios anteriores, após pagamento das RPVs/ Precatórios no valor de R\$ 77.924.717,19
- Desincorporação da provisão do 13º salário a pagar no valor de R\$ 857.988,37 para conciliação com os relatórios da Folha de Pagamento.

Nota 17 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos itens apresentados na tabela a seguir.

3

Reais R\$

Diversar Variações Patrimoniais Aumentativas- Composição		
	2021	AV
Multas Administrativas	142.096,92	0,04%
Restituições	327.759.283,21	99,96%
VPS decorrente de fatos geradores diversos	3.263,65	0,00%
TOTAL	327.904.643,78	100%

Fonte: Siafi

O saldo significativo das restituições refere-se à devolução para STN de Precatórios/RPVs cancelados, conforme Lei 13.463/2017, representando o valor de R\$ 325.312.381,44 na UG 090052 de precatórios.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

O cancelamento de precatórios e RPVs pagos, cujos valores não foram levantados pelos beneficiários e estavam depositados há mais de dois anos no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal. Parte dos valores cancelados podem ser reincluídos para novos pagamentos na forma de nova execução orçamentária e financeira ou restituídos, apenas com execução financeira.

Nota 18 – Pessoal e Encargos

Em 2021, as despesas com os subgrupos remuneração a pessoal, encargos patronais, benefícios a pessoal e outras VPDs – pessoal e encargos, representam 1,25% do total das variações patrimoniais passivas.

Nota 19 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” corresponde às VPD relativas às aposentadorias e pensões do RPPS e outros benefícios assistenciais. Em 2021, as despesas corresponderam a 0,32% do total das variações patrimoniais passivas.

Nota 20 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da entidade. Inclusive o valor do desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação ou amortização.

R\$ Reais

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo - Composição		
	2021	AV
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	62.057.817,57	89,85%
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis e Amortização de Bens Intangíveis	3.755.826,68	5,44%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	911.827,80	1,32%
Consumo de materiais	1.021.239,24	1,48%
Diárias	235.169,34	0,34%
Locação e Arrendamento	1.045.566,35	1,51%
Seguros	30.952,98	0,04%
Outros serviços	6.585,00	0,01%
Total	69.064.984,96	100%

Fonte: Siafi

Nota 21 – Incorporação de Passivos

Referente a transferência da obrigação a pagar de precatórios e RPVs da entidade devedora para o Tribunal, visando o seu pagamento pelo TRF5. No total de R\$ 6.330.097.455,62, representa 42,23% das Variações Patrimoniais Diminutivas.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Nota 22 – Desincorporação de Ativos

O valor de R\$ 4.203.154,41 refere-se à desincorporação de bens móveis e imóveis do ativo. Enquanto o valor de R\$ 868.116,00 refere-se à devolução de financeiro.

Nota 23 – Tributárias

Referem-se a taxas, contribuições sociais, contribuição para o serviço de iluminação pública e outras contribuições.

Nota 24 – Receitas Orçamentárias

No Tribunal, pela metodologia adotada para elaboração do demonstrativo pela Secretaria do Tesouro Nacional, não existe o registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Saliente-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidos (sub-repasses).

Ressalte-se a arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União pelas unidades da Justiça Federal, entre elas: custas judiciais, devoluções e cancelamentos de precatórios.

Porém, os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na UG na conta de limite de saque.

Nota 25 – Despesas Orçamentárias

Despesas Correntes

Destaca-se o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, cuja segregação é evidenciada na tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.

R\$ Reais

Pessoal e Encargos Sociais - Composição		
	2021	AV
Vencimentos e Vantagens Fixas	144.365.705,26	5,66%
Aposentadorias e Pensões	45.693.657,92	1,79%
Obrigações Patronais	26.845.548,50	1,05%
Sentenças Judiciais	2.322.569.744,93	91,00%
Outras Despesas	12.867.724,77	0,50%
Total	2.552.342.381,38	100%

Fonte: Siafi



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Já as “Outras Despesas Correntes são detalhadas conforme tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.

R\$ Reais

Outras Despesas Correntes - Composição		
	2021	AV
SENTENCAS JUDICIAIS	3.947.449.225,96	97,7964%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	36.858.627,91	0,9132%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	19.284.402,28	0,4778%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.309.801,14	0,3050%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	7.962.834,84	0,1973%
AUXILIO-ALIMENTACAO	7.007.149,17	0,1736%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.269.260,20	0,0314%
MATERIAL DE CONSUMO	1.192.479,96	0,0295%
SERVICOS DE CONSULTORIA	930.108,18	0,0230%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	832.055,68	0,0206%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	669.159,95	0,0166%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	253.419,25	0,0063%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	221.940,53	0,0055%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	108.228,81	0,0027%
AUXILIO-TRANSPORTE	33.003,53	0,0008%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	12.377,00	0,0003%
TOTAL	4.036.394.074,39	1,00

Fonte: SIAFI

Saliente-se que as Sentenças Judiciais no valor de R\$ 3.947.449.225,96, com base no saldo da despesa empenhada, referem-se as despesas orçamentárias de precatórios e RPs.

Despesas de Capital

Destaca-se os gastos com investimentos, conforme detalhamento na tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.

R\$ Reais

Investimentos - Composição		
	2021	AV
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	4.281.236,07	32,09%
OBRAS E INSTALACOES	2.165.285,92	16,23%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.896.684,73	51,69%
TOTAL	13.343.206,72	100%

Fonte: SIAFI

As inversões financeiras no valor de R\$ 29.688.750,86 , com base no saldo da despesa empenhada, referem-se as despesas orçamentárias de precatórios e RPs, no que diz respeito a sentenças judiciais, representando 68,99%.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Nota 26 – Execução dos Restos a Pagar

No início do exercício de 2021, existia um saldo de Restos a Pagar de exercícios anteriores no valor de R\$ 239.319.716,29 no entanto, após os pagamentos realizados e cancelamentos, restou em 31/12/2021, o saldo a pagar de R\$ 2.181.254,30, referente a Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores.

Nota 27 – Receitas Orçamentárias

Reforçando o que já dito na análise das receitas orçamentárias, no Tribunal, pela metodologia adotada para elaboração do demonstrativo pela Secretaria do Tesouro Nacional, não existe o registro de receitas orçamentárias. Saliente-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidos (sub-repasses).

Ressalte-se a arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União pelas unidades da Justiça Federal, entre elas: custas judiciais, devoluções e cancelamentos de precatórios.

Porém, os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na UG na conta de limite de saque.

Destaque-se que o Tribunal obteve um saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte de R\$ 7.239.000,38.

Nota 28 – Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias ordinárias são aquelas destinadas a atender a quaisquer finalidades. Quanto as despesas orçamentárias vinculadas são para aplicação de recursos em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela lei ou outro instrumento legal adequado.

Em 2021, as despesas orçamentárias tiveram um aumento de 30,21 % em relação a 2020. As despesas orçamentárias com recursos ordinários representaram, em 2020, 66,22% do total das despesas orçamentárias.

Nota 29 - Fluxos de Caixa

O fluxo de caixa das atividades operacionais gerou um saldo positivo. No entanto, não houve ingressos no fluxo de caixa de investimento só tendo ocorrido desembolsos, resultando num valor negativo nesse fluxo, inclusive o fluxo de caixa das atividades de investimento negativo superou o valor positivo das atividades operacionais,



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

representando assim em valor negativo na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro e corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Outras informações relevantes

O Tribunal é responsável pelo pagamento das sentenças judiciais transitadas em julgado expedidas no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região, na forma de precatórios ou requisições de pequeno valor, bem como pelo recolhimento dos encargos patronais decorrentes dos saques efetuados por servidores beneficiários ativos. Além dos valores incluídos em Lei Orçamentária Anual, o Tribunal efetua, quando cabível, ainda, pagamentos de precatórios extraorçamentários, de entes não integrantes do Siafi.

Num primeiro momento, o Tribunal reconhece os passivos de precatórios, RPVs e obrigação do patronal do PSSS na entidade devedora da despesa, em conformidade com o item 3.3 da Macrofunção do Siafi 021131 – Registro de Processos Judiciais. Ocorre ainda, nesse momento, o registro nas contas de controles devedores e credores, tanto na entidade devedora como no Tribunal.

Sendo que, para os RPVs, é feito o registro da provisão e para os precatórios é lançada a obrigação a pagar.

Posteriormente, o Tribunal registra a transferência da obrigação a pagar da entidade devedora para o Tribunal, nesse momento, ocorre a baixa dos saldos nas contas de controles indicadas acima, nas duas unidades.

Em seguida, o Tribunal realiza os procedimentos de execução orçamentária para pagamento da despesa.

Segue abaixo o saldo das entidades devedoras que constam na conta de controle do Tribunal:

PRECATORIOS A PAGAR - PODER JUDICIARIO	7.088.780.169,23
REQ PEQ VALOR/RPV A PAGAR - PODER JUDICIARIO	3.176.195.218,47
PSSS PATRONAL A RECOLHER - PODER JUDICIARIO	181.757.899,60
CONTROLE PROVISAO RPVS CANCELADAS - PODER JUD	92.322.835,79
CONTROLE DE PASSIVOS CONTINGENTES - PODER JUD	2.412.060.007,22



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

RELATÓRIO DE INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021

Denominação completa (UJ)	Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO	090031
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO - ORÇAMENTÁRIA	090036
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO – PRECATÓRIO/RPV	090052
ESMAFE – 5ª REGIÃO	090057

Este relatório é pautado na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, item 5.4.2, c/c a Macrofunção 0203158 – Encerramento do Exercício, item 8.1.1.6, presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

A finalidade deste relatório é apresentar todas as inconsistências identificadas no exercício de 2021, sendo elas consideradas relevantes ou não, e que permaneceram no encerramento do exercício, relatando os motivos de tais inconsistências e as justificativas/providências que foram ou serão tomadas para regularização.

INCONSISTÊNCIAS

1. SALDO CONTABIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM O RMBI

Foram verificadas as seguintes diferenças entre as contas de bens móveis e intangíveis:

- BENS MÓVEIS:

- Diferença no valor de R\$ 2.175,18 na conta 123110103 EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP.
- Diferença no valor de R\$ 40.190,37 na conta 123110503 VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA.

- BENS INTANGÍVEIS:

- Em relação aos softwares de vida útil definida, há uma diferença em uma valor irrelevante de R\$ 0,04
- Em relação aos softwares de vida útil indefinida, há uma diferença de R\$ 45.444,00

O Núcleo de Gestão Patrimonial, através do processo SEI nº 0000801-51.2021.4.05.7000 apresentou as devidas justificativas em relação à não conciliação. Destacamos que grande parte das inconsistências foi devido a questões técnicas do sistema GEAFIN. Inclusive, foram abertos vários chamados para o setor responsável pelo gerenciamento desse sistema para a resolução.

Local	Recife – PE	Data	17/01/2022
Contador Responsável	Jeronimo José dos Santos	CRC/PE	13314